



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Carapebus
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 851 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Trânsito – FUNTRANS, do Conselho Municipal de Trânsito – COMTRAN, do Conselho Municipal de Segurança e Defesa Social – COMSEDS e do Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – FUMSEP, altera a Lei Municipal nº 823/2025 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS DELIBEROU e eu PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS SANCIONO a seguinte LEI MUNICIPAL:

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – FUNTRANS

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Trânsito – FUNTRANS, com a finalidade de garantir recursos financeiros destinados, exclusivamente, à execução de atividades de sinalização, engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação no trânsito e outras correlatas.

Art. 2º O FUNTRANS ficará vinculado à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, cujo Secretário será o gestor do Fundo.

Art. 3º Os recursos do FUNTRANS serão constituídos de:

- I – dotações do orçamento anual do Município;
- II – saldos das aplicações da receita arrecadada;
- III – doações, auxílios, contribuições e legados;
- IV – transferências federais, estaduais e de outros órgãos;
- V – produto da arrecadação de taxas e tarifas pela prestação de serviços de trânsito;
- VI – rendimentos de aplicações financeiras;
- VII – produto da arrecadação de multas de trânsito, diárias de depósitos e autos de apreensão;
- VIII – outros recursos destinados.

§1º Os recursos financeiros serão depositados em conta especial mantida em estabelecimento oficial de crédito.

§2º As aplicações financeiras dependerão de disponibilidade e de deliberação do COMTRAN.

§3º Os saldos positivos serão transferidos para o exercício seguinte.

Art. 4º Constituem ativos do FUNTRANS:

- I – disponibilidades monetárias depositadas;
- II – direitos constituídos;
- III – bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo.

Parágrafo único. Anualmente será processado inventário, submetido ao COMTRAN.

Art. 5º Constituem passivos a serem atendidos com os recursos do FUNTRANS as obrigações resultantes da execução de programas e objetivos previstos nesta Lei.

Art. 6º O Orçamento do FUNTRANS integrará o Orçamento Geral do Município, observando o Plano Plurianual e a LDO.

Art. 7º São atribuições do Gestor do FUNTRANS:

- I – gerir o Fundo e elaborar o Plano de Aplicação;
- II – acompanhar as ações de trânsito;
- III – submeter planos e demonstrações financeiras ao Prefeito;
- IV – propor contratos, convênios e acordos;
- V – ordenar despesas;
- VI – assinar cheques e autorizar transferências com o responsável designado;
- VII – exercer outras atribuições necessárias.

Art. 8º A contabilidade do FUNTRANS será organizada conforme normas gerais de direito financeiro, com relatórios mensais e prestação de contas anuais ao Prefeito.

Art. 9º Esta Lei assegura à Secretaria de Segurança e Trânsito a habilitação de agentes, com treinamentos, uniformes e credenciais.

Art. 10. A Secretaria de Segurança e Trânsito deverá solicitar recursos ao Ministério dos Transportes sempre que julgar necessário, porém, com consulta prévia ao Conselho Municipal de Trânsito.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – COMTRAN

Art. 11. Fica criado o Conselho Municipal de Trânsito – COMTRAN, órgão colegiado consultivo e deliberativo de políticas locais de trânsito.

Art. 12. O COMTRAN terá composição paritária, formada por:

- I – 5 representantes do Poder Executivo Municipal (Secretaria de Segurança e Trânsito, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Educação, Secretaria de Obras e Secretaria de Transportes);
- II – 5 representantes da sociedade civil organizada.

Art. 13. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida recondução.

Art. 14. Compete ao COMTRAN:

- I – acompanhar a execução da política municipal de trânsito e transportes;
- II – deliberar sobre planos e programas de trânsito;
- III – aprovar a aplicação dos recursos do FUNTRANS;
- IV – propor medidas de melhoria da mobilidade urbana;
- V – elaborar e implementar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana.
- VI – elaborar o Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - COMTRAN

Art. 15 O Conselho Municipal de Trânsito será administrado mediante eleição entre seus membros, por maioria absoluta, para preenchimento das vagas de Presidente e Vice-Presidente do COMTRAN, que devem alternar entre administração governamental e não governamental.

§1º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências, na ausência simultânea, a presidência será exercida por conselheiro da Secretaria de Segurança e Trânsito.

§2º O Presidente poderá convidar membros dos Poderes Executivo Federal, Estadual ou Distrital e de outros Municípios, bem como do Legislativo, Judiciário e Ministério Público, ou pessoas de notória especialização, para reuniões ordinárias ou extraordinárias, sem direito a voto.

Art. 16 O Presidente terá voto de qualidade em caso de empate.

Art. 17 A participação no Conselho é prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 18 Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas sem justificativa;
- III – renunciar formalmente ao plenário;
- IV – adotar procedimento incompatível com a dignidade da função;
- V – for condenado por sentença irrecorrível.

Art. 19. Em casos de renúncia, impedimento ou falta, os suplentes substituirão os efetivos, com os mesmos direitos e deveres.

Art. 20 Órgãos ou entidades representadas por conselheiros faltosos serão comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou quarta intercalada.

Art. 21 O Conselho reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do Presidente ou requerimento da maioria.

Art. 22. As deliberações serão aprovadas por resoluções homologadas pelo Secretário de Segurança e Trânsito, inclusive sobre o regimento interno.

Art. 23 O quórum de reunião é de maioria absoluta; o quórum de aprovação é maioria simples.

Art. 24. As sessões serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 25 A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito fornecerá apoio técnico-administrativo ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL – COMSEDS

Art. 26 Fica criado o Conselho Municipal de Segurança e Defesa Social – COMSEDS, órgão colegiado consultivo, normativo e fiscalizador das políticas municipais de segurança, em conformidade com a Lei Federal nº 13.675/2018.

Art. 27 O COMSEDS será composto por:

- I – 3 representantes da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito;
- II – 1 representante do Corpo de Bombeiros Militar;
- III – 1 representante da Polícia Militar;
- IV – 1 representante da Polícia Civil;
- V – 6 representantes da sociedade civil organizada.

Art. 28. O mandato será de 2 (dois) anos, permitida recondução.

Art. 29. Compete ao COMSEDS:

- I – propor diretrizes da política municipal de segurança;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução do FUMSEP;
- III – fiscalizar a Guarda Civil Municipal;
- IV – promover a participação social nas ações de segurança.

CAPÍTULO V**DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL – COMSEDS**

Art. 30 O Conselho Municipal de Segurança e Defesa Social – COMSEDS será administrado mediante eleição entre seus membros, por maioria absoluta, para preenchimento das vagas de Presidente e Vice-Presidente do COMSEDS, que devem alternar entre administração governamental e não governamental.

§1º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências, na ausência simultânea, a presidência será exercida por conselheiro da Secretaria de Segurança e Trânsito.

§2º O Presidente poderá convidar membros dos Poderes Executivo Federal, Estadual ou Distrital e de outros Municípios, bem como do Legislativo, Judiciário e Ministério Público, ou pessoas de notória especialização, para reuniões ordinárias ou extraordinárias, sem direito a voto.

Art. 31 O Presidente terá voto de qualidade em caso de empate.

Art. 32 A participação no Conselho é prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 33 Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas sem justificativa;
- III – renunciar formalmente ao plenário;
- IV – adotar procedimento incompatível com a dignidade da função;
- V – for condenado por sentença irrecorrível.

Art. 34. Em casos de renúncia, impedimento ou falta, os suplentes substituirão os efetivos, com os mesmos direitos e deveres.

Art. 35 Órgãos ou entidades representadas por conselheiros faltosos serão comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou quarta intercalada.

Art. 36. O Conselho reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do Presidente ou requerimento da maioria.

Art. 37. As deliberações serão aprovadas por resoluções homologadas pelo Secretário de Segurança e Trânsito, inclusive sobre o regimento interno.

Art. 38 O quórum de reunião é de maioria absoluta; o quórum de aprovação é maioria simples.

Art. 39. As sessões serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 40 A Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito fornecerá apoio técnico-administrativo ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO VI**DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – FUMSEP**

Art. 41. Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – FUMSEP, destinado ao financiamento de programas, projetos e ações de segurança pública e defesa social.

Art. 42. Constituem receitas do FUMSEP:

- I – dotações do orçamento municipal;
- II – transferências da União e do Estado;
- III – convênios e acordos de cooperação;
- IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

V – produto de multas administrativas relacionadas à segurança.

Art. 43. O FUMSEP será gerido pelo Secretário de Segurança e Trânsito, sob fiscalização do COMSEDS.

Art. 44. A prestação de contas anual deverá ser apresentada ao COMSEDS até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 823/2025

Art. 45. O art. 7º, §1º, inciso XIII da Lei Municipal nº 823/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

XIII – Área deliberativa de Segurança e Trânsito:

- a) Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI;
- b) Comissão de Análise de Defesa Prévia – CADEP;
- c) Conselho Municipal de Trânsito – COMTRAN;
- d) Conselho Municipal de Segurança e Defesa Social – COMSEDS.

Art. 46. Vinculam-se à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, o Fundo Municipal de Trânsito – FUNTRANS e o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – FUMSEP.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 48 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Carapebus, em 15 de dezembro de 2025.

BERNARD TAVARES
PREFEITO